



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**ANEXO I
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA**

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Diretoria): Seção de Administração de Redes e Apoio Operacional / Diretoria de Tecnologia de Informação.
Responsável pela Demanda: Flávio Vasconcelos Pais.
Cargo: Analista do MP – Especialização: Administração de Redes.
E-mail: flavio.vasconcelos@mpal.mp.br
Objeto: <input type="checkbox"/> Serviço não continuado. <input checked="" type="checkbox"/> Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra. <input type="checkbox"/> Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra. <input type="checkbox"/> Material de consumo. <input type="checkbox"/> Material permanente/equipamento.

1. Objeto e quantitativos
Certificado Digital SSL Wildcard – 2 Unidades (12 meses).

2. Justificativa da necessidade da contratação e de seus quantitativos
A contratação prevista é indispensável para manter a segurança, estabilidade e eficácia dos serviços de tecnologia ofertados na rede mundial de computadores pelo Ministério Público do Estado de Alagoas. A emissão do certificado tem como objetivo facilitar conexões seguras, preservando a confidencialidade e a integridade das informações acessadas por integrantes do MPE/AL e pelo público em geral, reduzindo assim os riscos de interceptação ou alteração dos dados transmitidos. Serão dois certificados digitais, um para as aplicações desenvolvidas pelo MPE/AL e para as aplicações do Sistema de Automação da Justiça (SAJ/MP).

3. Previsão da necessidade de início da prestação do serviço ou entrega do objeto
O certificado digital vigente expira em 04 de fevereiro de 2026.

4. Indicação do(s) integrante(s) da equipe de planejamento e do responsável pela fiscalização
Flávio Vasconcelos Pais, Ismaquias Farias da Silva



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente nº 20.08.1328.0000304/2025-74

Anexo 2

Descrição do Arquivo: **Anexo II - Estudo técnico preliminar**

Data de Criação: **12/10/2025 09:21:19**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**ANEXO II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

1. Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público

A contratação de certificados digitais para servidores da web proporcionará conexões seguras e a confidencialidade no acesso às informações institucionais tanto para os integrantes do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE/AL) quanto para a sociedade em geral, eliminando riscos de interceptação ou alteração dos dados transmitidos. Serão dois certificados digitais contratados, um para as aplicações desenvolvidas pelo MPE/AL e para as aplicações do Sistema de Automação da Justiça (SAJ/MP).

2. Requisitos da contratação

Certificado Digital Para Servidor do Tipo SSL WILDCARD para 12 meses. (2 unidades)

3. Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala

É necessário a contratação de apenas dois objetos, que serão destinados aos sistemas desenvolvidos pelo MPE/AL e outro para a solução SAJ/MP.

Conforme propostas comerciais anexas, foi realizada uma pesquisa de preços unitários:

Certisign - R\$ 2.418,00

Sectigo - R\$ 2.079,00

Soluti - R\$ 2.688,22

Obtendo o valor médio por certificado de R\$ 2.395,07. Como são duas unidades o **valor total previsto é de R\$ 4.790,14.**

4. Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

O certificado SSL Wildcard escolhido foi tipo OV(Organization Validation), que é específico para organizações.

5. Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte

A estimativa de preços será realizada pelo setor de compras.

6. Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Características mínimas:

- Certificado digital para servidor, do tipo SSL, com prazo de validade de 12 (doze) meses.
- Baseado em SSL/TSL (Secure Sockets Layer/Transport Layer Security).
- Certificação do tipo OV (Organization Validation).
- Permitir compatibilidade com as chaves de 2048/4096 bits e criptografia forte de 256/512 bits.
- Possibilitar uso ilimitados nos servidores de dados do MPE/AL sem custo adicional.
- Possibilitar emissão do certificado em até 48 (quarenta e oito) horas;
- Possibilitar reemissão gratuita e ilimitada do certificado durante seu período de validade.
- Compatibilidade com os principais navegadores de mercado, entre os quais: Mozilla Firefox, Internet Explorer, Google Chrome e Safari. Além de plena compatibilidade com os principais navegadores de dispositivos móveis das plataformas: Android, Apple iOS e Windows Mobile (Windows Phone).
- Possuir conformidade Webtrust.
- Ter reconhecimento internacional.
- Selo Seguro – O selo do site seguro caracteriza-se como elemento gráfico que represente, e tenha valor, para os visitantes do site. O selo do site seguro indica que houve procedimentos para determinar a propriedade e registro do website pela empresa ou organização e que a mesma tenha registro formal.
- Acordo de nível de serviço com atendimento de, no mínimo, 8 horas por dia e 5 dias na semana, remoto, por telefone (em português) e/ou por e-mail.

7. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

A contratação é de apenas um item com duas unidades.

8. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

A solução escolhida atende às demandas do MPE/AL. A instituição possui uma grande demanda por certificados digitais nos servidores de dados. Atualmente a seção de Administração de Redes faz a gestão de mais de 100 servidores de dados e cerca de 15 desses servidores necessitam da implantação de certificados digitais para os sistemas do MPE/AL e mais 10 para os servidores do SAJ/MP.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente nº 20.08.1328.0000304/2025-74

Anexo 1

Descrição do Arquivo: **Ato que autoriza a Contratação Direta nº 16/2026**

Data de Criação: **02/03/2026 03:11:53**

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 16/2026



Última atualização 02/03/2026

[Acessar Processo Eletrônico](#)

Local: Maceió/AL **Órgão:** PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE ALAGOAS

Unidade compradora: 453791 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 02/03/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 12472734000152-1-000012/2026 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Certificado Digital SSL Wildcard -OV - validade de 12 meses a partir de 04/02/2026.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 2.200,00

Itens

Arquivos

Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	Emissão de certificado digital tipo ssl Certificado Digital SSL Wildcard -OV - validade de 12 meses a partir de 04/02/2026	2	R\$ 1.100,00	R\$ 2.200,00

Exibir: 5

1-1 de 1 itens

Página: 1



[← Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.